

# PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Nº 28 - ANO 4 - ABRIL DE 1997



Florestas da Vale em Carajás, Pará.

**PRIVATIZAÇÃO  
DA VALE DO  
RIO DOCE:  
FLORESTAS  
À VENDA**

**POLUIDORES,  
CUIDADO:  
VEM AÍ O  
IMPOSTO VERDE**

**EMPRESAS VÃO  
EXPLORAR  
FLORESTAS  
NACIONAIS**

**CAÇA AO  
CAÇADOR  
NA SERRA  
DA CAPIVARA**

## SUMÁRIO

- 2** Abril, um mês barulhento  
Cartas
- 3** O Imposto Verde vem aí
- 4** Como ficam os projetos de meio ambiente numa Vale privatizada?
- 6** Alta Costura  
A volta dos índios desaparecidos
- 7** Mais duas Terras Indígenas reduzidas
- 8** A política florestal e a "privatização" das Flonas
- 9** Coluna *Ponto Doc*
- 10** Caçadores ameaçam a Serra da Capivara
- 11** Risco de colapso da pesca do camarão  
Glebas militares vão para a Reforma Agrária
- 12** Um dia na vida dos Kamaurá  
Agenda

FECHAMENTO  
DESTA EDIÇÃO  
24/04/97

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

## PACOTE DE ABRIL

Foi um mês cheio de acontecimentos, cada qual merecedor de espaço maior que o deste editorial. As desandanças da reforma administrativa, aprovada de raspão em primeiro turno pela Câmara, apesar das múltiplas concessões até mesmo aos marajás da bancada dos aposentados, indicando que reforma, mesmo, não haverá. A saída de Nelson Jobim do Ministério da Justiça, após a publicação de novos despachos prejudiciais aos direitos territoriais indígenas, e sua posse no STF. A prisão pela Polícia Federal dos Xavante que ocupavam o gabinete do presidente da Funai, combustível para os protestos que marcaram a Semana do Índio em Brasília, desgastando definitivamente a gestão Júlio Gaiger. A marcha vitoriosa dos sem-terra, que representou o ponto máximo do apoio popular para a reforma agrária no Brasil, catalizando o coro dos descontentes. E, ainda por cima, o crime hediondo praticado por uma quadrilha de jovens abastados que queimaram vivo um Pataxó na principal avenida comercial da capital federal.

Estes acontecimentos mereceram farta cobertura da imprensa. Os atos jobinianos estão comentados nesta edição. Mas vale aqui destacar alguns aspectos envolvidos no assassinato de Galdino Pataxó que merecem uma reflexão mais acurada.

No bojo do noticiário sobre a sua morte, foi divulgado que, apenas na cidade de São Paulo, pelo menos um mendigo é queimado vivo por mês. Nenhum grupo neonazista sonhou produzir tamanha façanha. E foi preciso que um índio fosse queimado, aparentemente confundido com mendigo, para que tal escândalo viesse a público. A eliminação sistemática de excluídos se revela através da pessoa de Galdino que, por ser índio, simboliza à nossa consciência a caricatura da própria exclusão.

A questão indígena retorna às manchetes através da nova tragédia, após um longo período de esquecimento. Mal sabem os nossos jornalistas que Roraima também está pegando fogo, com conflitos diários, inclusive a queima de casas de índios e fazendeiros, decorrentes da decisão ministerial de tentar reduzir a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. Políticos locais estão armando índios cooptados para atacarem os que lutam pela demarcação integral da área. Para quem gosta de tragédia, esta promete efeitos arrasadores sobre a política indigenista e de direitos humanos do governo FHC.

Em protesto contra o assassinato de Galdino, os sem-terra marcharam outra vez pelas ruas de Brasília. Homenagem de excluído para excluído, no velório que o presidente da Funai, ridiculamente, tentou evitar. Ponto para o Cimi, que organizou a manifestação; ponto para os índios, que não poderiam esperar por apoio mais oportuno; ponto para os sem-terra, que, depois de serem surfados por vários movimentos, encontraram uma onda mais radical que a sua própria.

Por ingrata ironia, um dos assassinos de Galdino é filho do juiz federal Novély da Silva Reis, autor da liminar de 1989 que promoveu a desintrusão dos garimpeiros invasores da Terra Yanomami, abrindo caminho para a sua demarcação pelo governo Collor.

Outra ironia: os Pataxó se encontravam em Brasília para pedir providências sobre as suas terras, envolvidas em processo judicial que se arrasta no STF, agora nas mãos de Nelson Jobim. Os Pataxó de Pau Brasil vivem confinados em mil dos seus 36 mil ha de terra, sem água para beber, cercados por fazendas de cacau por todos os lados. Logo após o enterro de Galdino, eles ocuparam cinco fazendas, retomando suas terras. Uma oportunidade de ouro para Jobim rever suas teses, que procuram validar títulos incidentes sobre Terras Indígenas considerados nulos pela Constituição. ☒

## CARTAS

ESCREVA PARA:  
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS  
AV. HIGIENÓPOLIS, 901  
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL



## EMPREGOS EM RONDÔNIA

Gostaríamos de divulgar a disponibilidade de duas vagas em nosso projeto. Poderão participar pessoas habilitadas nas áreas de Direito e Pedagogia, que tenham um compromisso e afinidade com a causa indígena. Os interessados podem enviar seus currículos até junho de 97 para o seguinte endereço: Proari a/c Marta Duarte - Caixa Postal 128 - Cacoal - RO - 78.975-000  
Telefax (069) 441-2069.

Marta Maria Duarte Lopes  
Projeto de Assessoria aos Povos Indígenas do Parque Aripuanã (Proari), vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Cacoal - RO



## DE FILHA PARA PAI

Atendendo pedido de minha filha (Lisete Corrêa da Silva), vocês têm tido a gentileza de enviar-me regularmente o *Parabólicas*, que tanto aprecio e onde colho argumentos para discutir, com pessoas menos informadas, os assuntos de que ele trata e não só leio como passo a outras pessoas para que vejam melhor o País em que vivem, fugindo assim do oba-oba da mídia.

Jatyr Corrêa da Silva  
Porto Alegre - RS

**Parabólicas On Line** - O *Parabólicas* já tem sua versão na Internet. Você pode acessar a edição atual e os últimos números, em português e inglês, no endereço <http://www.socioambiental.org/parabolicas>.

## IMPOSTO VERDE: A ÚLTIMA CHANCE DO PROÁLCOOL

HÉLIO FRANCO

## Governos prepara um tributo que penalize os poluidores

Uma cortina de fumaça encobre os movimentos do governo federal na tentativa de salvar o Proálcool de um triste fim, vinte e dois anos após o seu lançamento. Nos dois primeiros meses de 1997, o percentual de veículos a álcool produzidos pelas montadoras no Brasil não passou de 0,2%, e, neste período, nenhuma unidade foi comercializada. Diante do fracasso de vendas, já há quem preveja que a frota de 4,2 milhões de veículos movidos a álcool hidratado estaria condenada à extinção.

O fim do subsídio ao álcool anidro que é adicionado à gasolina, em janeiro, foi mais um golpe na já abalada credibilidade do Proálcool: um aumento de 5,39% no preço final dos combustíveis. Antes, em 16 de dezembro de 1996, as distribuidoras já haviam aplicado ao álcool um reajuste de 4% acima do aumento da gasolina, em média.

A Petrobrás, por sua vez, pressiona o governo para se ver definitivamente livre da chamada "conta-álcool", que atinge um déficit de R\$ 7,7 bilhões, acumulados desde a criação do Proálcool. Pelas estimativas do governo, a estatal arca com um custo mensal de R\$ 80 milhões a R\$ 100 milhões por mês com o subsídio ao álcool hidratado, e praticamente abandonou a administração do programa e do fundo que o viabiliza, o Fundo de Unificação do Preço do Álcool (Fupa).

Mas o governo planeja salvar o Proálcool, que consumiu nestas duas décadas cerca de US\$ 13 bilhões em investimentos. Em março, o secretário de Produtos e Base do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MIndCT), Maurício Assis, anunciou o envio de uma mensagem do Executivo ao Congresso dispendo sobre a criação do Imposto Verde - uma taxa a ser cobrada sobre produtos

e atividades poluentes, incluindo a gasolina, o óleo lubrificante e outros produtos industrializados.

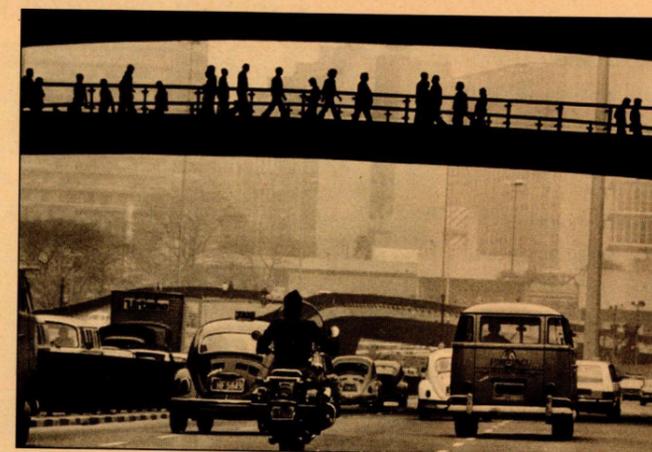
## SEGREDO DE ESTADO

Segundo Maurício de Assis, o governo estuda o melhor momento para enviar a proposta ao Congresso, onde teria o significativo apoio da Frente Parlamentar Sucroalcooleira, que conta com 212 parlamentares. A criação de um novo imposto, no entanto, sempre cria resistências fortíssimas, a exemplo do - custoso - processo de aprovação do CPMF. O assunto, então, vem sendo tratado como verdadeiro segredo de Estado, e poucos são os que se atrevem a abordá-lo diretamente.

O próprio presidente da República foi um destes incautos. Durante a Rio+5, em março passado, Fernando Henrique Cardoso chegou a afirmar os planos de criação do Imposto Verde. Ao admitir que a simples menção da palavra "imposto" assusta a população, o presidente afirmou, acerca do impacto ambiental gerado por combustíveis fósseis, que "o poluidor tem que pagar, e é preciso criar conceitos que levem à sua coação moral".

Mais, porém, FHC não disse, alertado pelo ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, de que, estrategicamente, não conviria "abrir" o jogo do Imposto Verde, diante da queda-de-braço que irão enfrentar durante a tramitação do projeto no Congresso. Krause comprou a idéia da área econômica do governo e foi o responsável por esta roupagem "ambientalmente correta" do imposto.

Após o encampamento do projeto pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), os técnicos do MIndCT adotaram a tática do silêncio. O gerente de projetos do MIndCT, Marco Antonio Correia, quebrou a barreira e disse que a medida já vem sendo estudada há



Motoristas e outros consumidores de combustíveis fósseis terão de pagar.

dois anos e as negociações no âmbito da Comissão Interministerial do Álcool (Cinal) - que reúne sete ministérios - estão bem adiantadas, faltando apenas que o MMA dê a forma final ao projeto.

"A intenção do governo é tornar transparente o subsídio ao álcool, que já existe na forma de adição de 22% de álcool anidro à gasolina, embutida no preço dela", afirmou Correia. O diretor do Departamento de Açúcar e Alcool no MIndCT, Pedro Cabral, um dos integrantes da Comissão, mais lacônico, afirmou que Gustavo Krause seria a única pessoa autorizada a falar do imposto, uma vez que todas as informações acerca do novo tributo estariam concentradas em seu Ministério.

No MMA, as dificuldades de obtenção de mais informações sobre o Imposto Verde são as mesmas. Neste jogo de empurra, o coordenador geral e diretor-substituto do Departamento de Gestão Ambiental, Heloíso Bueno Figueiredo, chegou a confirmar que a adoção do Imposto Verde está sendo discutida "em função da tentativa de reativação do Proálcool", para dar mais competitividade aos chamados "combustíveis limpos" com relação aos combustíveis de origem fóssil, uma vez que o Fupe está praticamente extinto e já não há quase mais subsídios ao álcool hidratado.

A forma e o conteúdo do Imposto Verde, no entanto, ainda são difusas e provocam desconfiança até nos mais interessados. José Pilon, presidente da Associação das Indústrias do Açúcar e do Alcool do Estado de São Paulo, por exemplo, comenta que "o governo ainda não esclareceu a sua posição" e reclama da falta de uma política energética oficial. Já o cientista José Goldemberg, ex-ministro da Educação, defende o imposto para otimizar a produção de álcool, ressaltando apenas que, assim como a CPMF, ele deveria ter um prazo máximo de vigências, para que o setor produtivo não se "acomode".

Outras perguntas, como a destinação a ser dada aos recursos arrecadados com o Imposto Verde, a alíquota que deverá ser aplicada ao preço dos combustíveis poluentes e a eventual possibilidade de o Proálcool, reanimado, tornar-se uma atraente opção de captação de recursos externos no âmbito da Activities Implemented Jointly (AIJ) — através da qual países altamente industrializados, onde a capacidade de implementação de novas medidas de contenção das emissões de gases poluentes tenha se esgotado, venham a patrocinar medidas neste sentido nos países em vias de industrialização — continuam, porém, sem resposta. ☒

## Com a privatização da CVRD, acaba a mamata dos municípios e sobram incertezas para índios e florestas

Quando a Companhia Vale do Rio Doce for privatizada, o que será dos 17 mil índios e de 1,5 milhão de hectares de florestas da sua área de influência? Em meio à discussão sobre o papel do Estado e à briga entre reguistas X nacionalistas, poucos lembraram que a mudança de donos poderá mudar a filosofia e a política de investimentos da empresa. O que, num empreendimento de tal importância, não é sem impactos. Mas nos corredores da estatal teme-se pela postura de seus novos manda-chuvas e a forma como conduzirão as questões socioambientais.

Por enquanto, há apenas uma certeza: os 220 municípios de oito estados que se fartam com as benesses da CVRD ficarão órfãos. É o fim da política de estender as benfeitorias para além dos muros da estatal. Hoje, o estatuto da empresa determina que até 8% de seu lucro líquido sejam destinados para projetos econômicos e sociais que beneficiem as comunidades envolvidas. Historicamente, nem sempre o repasse atingiu esta porcentagem, mas a CVRD costuma distribuir aos municípios vizinhos algo em torno de US\$ 26 milhões anuais.

"Segundo o edital da venda, 60 dias após o leilão haverá uma assembléia para excluir este item do estatuto", explica Henrique Gonçalves, gerente de relações com a comunidade da Vale. "O mais provável é que estes recursos desapareçam." O edital prevê a criação de um Fundo de Participação dos Municípios, com R\$ 85,9 milhões, mas eles deixarão de ser doações e virarão empréstimos.

"É natural que a Vale retribua às comunidades pelo que retira delas, financiando projetos diversos — construção de asilos e creches, recuperação de hospitais... —, propostos pelas prefeituras ou por ONGs", diz Gonçalves. Resta saber se os novos proprietários, desobrigados de promover o progresso social, continuarão com tal gentileza.

Na área ambiental as coisas não são muito melhores. É verdade que, apesar do seu mega-tamanho e de envolver-se em negócios altamente impactantes, como a mineração ou a indústria de papel e celulose, a Vale costuma passar pelo crivo de ambientalistas com menos arranhões do que seria de se esperar. Um exemplo: seu Centro de Tecnologia de Belo Horizonte está recebendo, por estes dias, o certificado de excelência ambiental ISO 14.000. Em fins de maio será a vez do Projeto



Quem comprar Carajás, levará de presente 412 mil hectares de florestas.

Carajás, o primeiro na área de mineração a obtê-lo em todo o mundo.

Mas é verdade, também, que, quando comete deslizos, são cabeludos. É o caso, por exemplo, do processo movido pela prefeitura de Itabira (MG) contra a Vale, pelos estragos produzidos pela extração de minério de ferro no município, incluindo a remoção de uma monta-

nha inteira. A prefeitura exige R\$ 1 bilhão a título de indenização — ou 10% do patrimônio da estatal.

### MARCAÇÃO CERRADA

O fato é que a maior produtora mundial de minério de ferro, que amealha um lucro anual de US\$ 632 milhões, separou US\$ 130 milhões para investir em ações corretivas ou preventivas na área ambiental no triênio fiscal que começou em 95. Pouco mais da metade já foi aplicada em 80 projetos.

Nesse total estão US\$ 50 milhões emprestados pelo Banco Mundial. Aliás, um relatório do Bird de 1995 considerava que "em todas essas reservas, além de um esforço de proteção exemplar (proteção contra fogo e invasões), a Vale conduz vários projetos de pesquisas, educação e demonstrativos". É claro que este tipo de compromisso com mecanismos multilaterais ou agências estrangeiras ajuda a tranquilizar os tementes, já que eles continuarão fazendo marcação cerrada sobre a empresa.

"A Vale mantém-se "verde" mais para evitar problemas junto aos mercados consumidores do que pela preservação ambiental em si", raciocina Georgia Carvalho, doutouranda na Colorado State University, que acompanha a política ambiental de Carajás. "Se por um lado boa parte dos projetos de preservação da estatal estão vinculados à pressão dos países importadores, por outro ela vinha sendo pressionada por prefeituras e governadores, um tipo de controle que deixa agora de existir". Para ela, se não houver cláusulas muito claras no processo de privatização, delinendo o que tais companhias serão obrigadas a fazer, o prognóstico não será dos melhores. "Com a privatização, imagino que a lógica que predominará será a do capitalismo e não a da preservação ambiental".

A Vale investirá US\$ 400 mil neste ano no cumprimento de um convênio fechado com o Ibama para ajudar a manter as Unidades de Conservação na região de Carajás (PA). Estão, entre elas, a Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri, a Reserva Biológica

Tapirapé e a Área de Proteção Ambiental Igarapé Gelado, num total de 1,1 milhão de hectares. Na verdade, a estatal entra mesmo é com a cessão de casas, combustível, veículos e até horas de vôo de helicóptero, para ajudar na fiscalização. Sobre esse convênio específico, nada se fala no edital da privatização.

Ele também não menciona os 17 mil ha de um importante maciço de castanheiras em Marabá (PA), que pertencem à Vale. Até 1994, havia lá um programa de pesquisas florestais com espécies exóticas, mas depois a área foi invadida por 300 famílias sem-terra. Os 10 mil ha de florestas pré-amazônicas que a Vale ocupa em Buriticupu (MA) também não foram citados, mas a empresa explica que eles estão sendo devolvidos a sua legítima dona, a Universidade Estadual do Maranhão. Detalhe: a reserva foi incluída na lista do patrimônio apresentada aos interessados em comprar a Vale.

Apenas uma reserva florestal, em Linhares, no Espírito Santo, é citada expressamente no edital de venda. Os compradores estarão obrigados a preservar seus quase 20 mil ha, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Estado. A parte isto, tudo o que o edital diz é que a empresa deve responsabilizar-se pela "recuperação e preservação do meio ambiente". Ou seja: deve respeitar a lei.

"Os compromissos legais e contratuais da Vale não podem ser quebrados", rebate Maurício Reis, gerente geral de desenvolvimento sustentável da empresa. "Estamos absolutamente tranquilos que nada mudará nesta área". Ele afirma que os investimentos na proteção ambiental não podem ser comparados com os recursos do Fundo de Participação dos Municípios, um extra que não é exigido por lei. "A preservação ambiental faz parte do processo produtivo. Na Vale, ela não está dissociada da produção, ela tem a ver com a competitividade."

Apesar de tanta tranquilidade, é fato que a questão ambiental está excessivamente vaga no edital de privatização. Vale lembrar que uma das concorrentes mais fortes na disputa do pitêu é o consórcio Votorantim-Anglo-American. A gigante brasileira do cimento não é particularmente conceituada na área ambiental - vide, por exemplo, a sua luta pela aprovação da hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira (SP), considerada de altíssimo impacto.

Para o deputado federal Gilney Viana (PT-MT), não há clareza da responsabilidade ambiental dos sucessores. "Hoje a ação ambiental da Vale é mais ampla do que exige a lei. Se a privatização exige apenas o cumprimento da legislação, diminuirá o papel hoje desempenhado pela empresa", afirmou. Viana e a senadora Marina Silva (PT-AC) encabeçaram um manifesto assinado por duas dezenas de parlamentares de vários partidos e enviado ao presidente Fernando Henrique, onde pedem que as reservas florestais da empresa transformem-se em Unidades de Conservação, e que se exija compromissos mais claros e amplos dos novos detentores do controle acionário quanto à preservação ambiental e os direitos dos índios. Gilney Viana também encaminhou projetos de lei que propõem a transformação das florestas de Linhares, de Marabá e de Buriticupu em Reservas Biológicas. Já os quase 412 mil ha de Carajás virariam Floresta Nacional. Para a área de Carajás, pelo menos, a solução pode estar a caminho. O STF acaba de suspender o decreto presidencial que doa a gleba à Vale, esquentando ainda mais a briga.

Analucen Freitas, especialista em Políticas Públicas da WWF, concorda. "O ideal seria que as reservas da Vale e de

### FUTURO INCERTO PARA OS ÍNDIOS

Se o futuro ambiental da Vale é um mistério, ainda mais incerto o destino da relação da estatal com as 13 etnias indígenas distribuídas em 24 reservas na área de influência do Projeto Carajás, no Pará, no Maranhão e em Tocantins.

Além dos Xikrin do Cateté, que vivem colados à área de exploração, e os Gavião de Mãe Maria, que têm suas terras cortadas pela ferrovia que transporta minérios, outros grupos, como os Guajá e os Guajajara, sofrem o impacto da movimentação de terras e capital. Entretanto, a Vale só tem uma relação mais estreita com os Xikrin e os Gavião. Os outros grupos recebem apenas ajudas eventuais, pois não são considerados "próximos" da empresa.

Isso porque a resolução do Senado de 1986 que concedeu à Vale a exploração de Carajás fala no "amparo das populações indígenas existentes nas proximidades da área concedida" - uma exigência bastante vaga. Hoje, a Vale repassa à Funai cerca de R\$ 400 mil anuais para os 600 Xikrin e outros R\$ 260 mil para os 300 Gavião. Sabe-se, entretanto, que muito do que paga evapora na burocracia da intermediação.

"Nosso objetivo é reduzir a dependência das comunidades, promover sua auto-sustentação, mas para isso elas precisam ter educação, saúde, técnicas agrícolas", diz Maurício Reis, da Vale. A empresa tem migrado de uma postura assistencialista para outra mais voltada para atividades economicamente sustentáveis.

Tudo o que consta do edital de privatização é que a Vale deverá continuar com suas obrigações para com os índios. É bom que seja assim. Os Xikrin têm comentado onde vão que se, no contexto da Privatização, alguém resolver reduzir o apoio atual, estará fazendo uma declaração de guerra.

outras empresas privatizadas passassem para o Ibama ou para órgãos de meio ambiente estaduais ou municipais. Seria uma forma de resgatar as dívidas das estatais, na sua maior parte com a própria União". A entidade, que tem acompanhado com interesse as privatizações, levanta suas preocupações: além das mudanças previsíveis na transferência do poder de decisão do Estado para a iniciativa privada, há um risco de que o governo acabe recomprando do novo proprietário as áreas preservadas, a um preço muito superior ao da venda.

A questão da privatização atinge em cheio a WWF, que tem um projeto de introdução de micos-leões-dourados criados em cativeiro em uma floresta da Rede Ferroviária Federal, em Poço das Antas (ES), em conjunto com uma ONG local, a Associação Mico-Leão-Dourado. A empresa está em processo de privatização, mas uma discussão intensa entre as partes busca uma solução que agrade a todos.

"Não há nada na lei que imponha aos novos donos de uma ex-estatal a preservação ambiental. Fiz um levantamento do Programa Nacional de Desestatização, e tudo o que ele diz é que os compradores devem honrar suas dívidas. E só. Não exigem um compromisso de manter as áreas protegidas, por exemplo", diz Analucen Freitas. Não é por acaso que o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente, não faz parte do Conselho Nacional de Desestatização, que inclui vários ministros.

Há casos excepcionais de privatização que fogem a este padrão. Analucen cita a venda da Usina de Serra da Mesa, quando procurou-se assegurar, por meio de um decreto legislativo, a promessa de que quem comprasse Furnas manteria os compromissos pré-existentes para com as comunidades indígenas locais. Que a privatização da Vale e de outras tantas estatais siga tal exemplo. ■

## ÍNDIOS REDESCOBERTOS

HEIN VAN DER VOORT

Os Kwaza ou Koaiá, índios que moram junto ao rio São Pedro, no sul de Rondônia, foram dados como extintos em publicações científicas dos anos 90. Entretanto, cerca de 25 membros da etnia ainda moram espalhados pela região, altamente ameaçados pela pressão de madeireiros e fazendeiros locais.

A primeira menção aos Kwaza deu-se num livro do Marechal Rondon de 1916. Quando, no final da década de 30, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss visitou o sul de Rondônia, encontrou um jovem Kwaza entre os Kepkiriwat. Poucos anos depois, uma expedição mineralógica visitou o Estado e encontrou os Kwaza no mesmo local onde vivem hoje. O grupo foi reconhecido pelo Serviço de Proteção ao Índio em 1942, mas daí seguiu-se um longo silêncio de mais de quarenta anos sobre a sua existência.

Em 1984, quando o lingüista americano Harvey Carlson visitou a Área Indígena Tubarão-Latundê, onde vivem índios Aikana e Latundê, encontrou alguns Kwaza, sobreviventes de uma série de epidemias. A maioria deles mora lá até hoje. Desde os anos 40, eles combinam a plantação da roça com a caça e a extração da seringa. Não têm área demarcada, mas até recentemente não tinham problemas com a posse da terra e sempre conviveram em paz com os seringueiros brancos.

Uns poucos Kwaza continuam vivendo na alta floresta da região de São Pedro, sua terra de origem, a 60 km da AI Tubarão-Latundê. Eles são os únicos índios da região, que tem solo roxo e muita diversidade de flora e fauna, além de grandes seringais, que produzem uma borracha de qualidade superior. Entretanto, nos últimos anos, muito mogno tem sido roubado por madeireiros, seguidos por fazendeiros que derrubam a floresta para fazer pastos, com a ajuda de uma deputada estadual.

Os fazendeiros são bastante violentos e seus pistoleiros ameaçam regularmente os moradores que não querem assinar termos de desistência de suas terras em troca de pequenos valores, entre R\$ 300 e R\$ 3.000 por pessoa. Quase todos os seringueiros brancos que moravam nesta região desde os anos 40 já assinaram termos de desistência e foram para a cidade de Pimenta Bueno. Os índios, por enquanto, dizem que preferem morrer em suas terras a mudar para a cidade ou para outra região.

Eles sofrem muito por estarem perdendo a floresta, os seringais e a caça. Por causa da violência, vivem em constante estado de tensão. Não podem sair da região em grupo porque existe a possibilidade de não poderem mais voltar ou de encontrarem suas moradias e roças destruídas pelos fazendeiros. Os índios já diminuíram sua atividade agrícola por causa da suspeita de que todo trabalho envolvido não será em vão, se, no próximo ano, os fazendeiros tomarem posse de suas terras.

Perguntando para uma velha Kwaza por que ela não fez como os brancos, aceitando o dinheiro dos fazendeiros e fugindo para outro lugar, ela me respondeu: "Se eu tivesse que fazer isto, já tinha feito anos atrás, mas não posso. Aqui é o meu lugar, aqui morreram todos os meus parentes. Quero ficar aqui até morrer. Não tenho medo de morrer".

Até agora, os Kwaza da região do São Pedro sempre exploraram as suas terras originais de uma maneira que mantém e protege a floresta e as águas. Essa situação está gravemente ameaçada pela cobiça e a violência dos fazendeiros e madeireiros invasores.

Hoje, a vida dos últimos moradores tradicionais da região está em sério perigo e só a proteção efetiva, pelas próprias leis brasileiras que existem para este fim, pode diminuir este risco. O reconhecimento e a demarcação da terra original dos Kwaza é de altíssima urgência. ☐

Hein van der Voort é lingüista e doutorando nas universidades de Amsterdã e Leiden, da Holanda. Email: hein.van.der.voort@et.uva.nl.

## TERRAS ENCOLHIDAS

MÁRCIO SANTILLI

### Despacho de Jobim às vésperas de deixar o Ministério reduz mais duas áreas indígenas

Às vésperas de assumir o Supremo Tribunal de Justiça, no seu último dia como ministro da Justiça, em 7/4, Nelson Jobim assinou despachos prejudiciais aos direitos dos índios. Mandou reduzir duas Terras Indígenas: Apyterewa e Baú, ambas no Pará. Tais medidas juntam-se à ordem de redução da área da TI Raposa-Serra do Sol (RO), ocorrida na véspera do Natal, em consequência do decreto 1775. Para quem não se lembra, o decreto, publicado um ano atrás, propunha a revisão de todas as demarcações de Terras Indígenas em curso, até as já homologadas, dando espaço e ouvidos a quem quisesse contestá-las.

A TI Apyterewa, onde vivem cerca de 210 Parakanã, já estava delimitada, mas sua demarcação física foi impedida por posseiros e madeireiros que ocupam sua porção sudeste. Foi justamente este o trecho que sofreu o maior corte. O despacho ministerial também exclui dos limites da área títulos de propriedade supostamente pertencentes à Peracchi, madeireira conhecida pela exploração ilegal de mogno nas Terras Indígenas da região. Para garantir o acesso da empresa a este enclave, o ministro retirou do domínio indígena uma estrada que vai até a cidade de Tucumã. A extensão exata da área excluída não está definida com precisão, já que há erros nas coordenadas citadas no despacho, mas estima-se que seja da ordem de 160 mil ha.

Pelo despacho de Jobim, a Terra Indígena Apyterewa também passa a incorporar um conjunto de ilhas situadas no rio Xingu e que haviam

sido excluídas da delimitação anterior.

Já a TI Baú perdeu 350 mil ha no seu limite oeste, área contestada por duas mineradoras e pela prefeitura de Novo Progresso. A reserva é a única do polígono de terras contíguas ocupadas pelos Kayapó que ainda não se encontra demarcada.

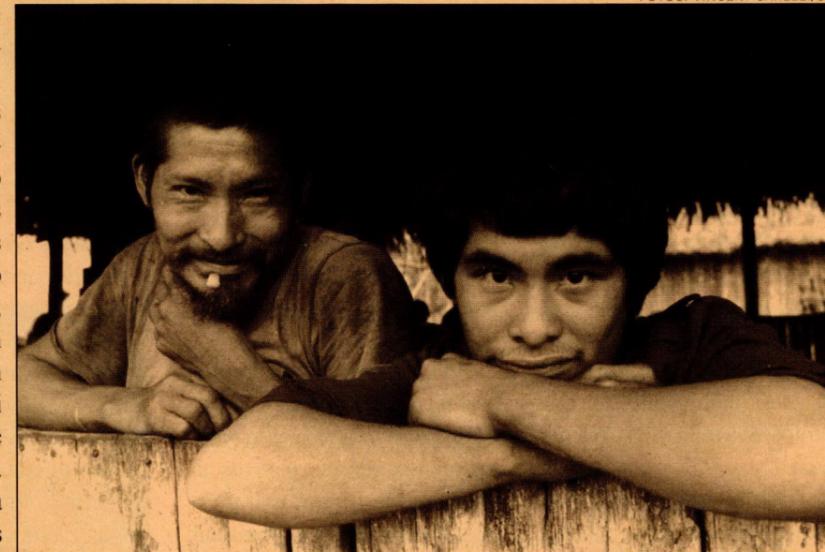
Seis meses após o esgotamento do prazo de revisão das demarcações proposto pelo decreto 1.775, ainda restam dois casos sem decisão, Krikati (MA) e Sete Cerros (MS). Além disso, a maior parte das decisões já tomadas é polêmica e não definitiva, pois demanda providências adicionais por parte da Funai para que possam se traduzir em portarias declaratórias.

Sete Cerros é uma terra Kaiowá já homologada, mas cuja demarcação foi contestada, dando início à polêmica que levou à edição do decreto 1775. A Funai entende que não é o caso de se proceder a qualquer alteração dos limites já demarcados. Os índios ocupam a totalidade da área em decorrência de liminar concedida pelo STF. O julgamento do mandado de segurança impetrado por uma agropecuária pelo STF deverá ocorrer nos próximos meses. Assim, é possível que o Ministro da Justiça não tenha proferido o seu despacho a respeito à espera

da decisão judicial. Eventual mudança no status de ocupação indígena da área poderá ter sérias consequências, pois já houve ameaça dos índios de prática de suicídio coletivo caso venham a ser retirados da área. De acordo com o compromisso do governo em não

posto a manutenção dos limites identificados e que esta proposta tenha sido aceita pelo Ministério, embora nada tenha sido oficialmente divulgado. Os Krikati derrubaram torres de transmissão de energia elétrica situadas em seu território em virtude da de-

FOTOS: VINCENT CARELLI/CTI



Os Parakanã, da TI Apyterewa, perderam cerca de 160 mil ha de seu território, por ação de posseiros e madeireiros.



promover modificações nos limites de terras já demarcadas, a solução seria, em caso de derrota judicial, a indenização dos pretensos proprietários.

Já a área Krikati dispõe de portaria declaratória, mas encontrou oposição local contra a sua demarcação física. Supõe-se que a Funai tenha pro-

mora na demarcação. A Funai se propôs a realizar a demarcação em dois meses (já decorridos), em seis módulos consecutivos. Porém, até agora, conseguiu somente realizar o levantamento de benfeitorias dos ocupantes não-índios que se encontram no primeiro destes módulos. ☐

• **Vexame** - A Audiência Pública programada para o dia 11/4 para discutir o licenciamento da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, da Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim, foi cancelada pelo Ibama, que considerou o EIA-Rima apresentado pela empresa absolutamente insatisfatório.

• **Bobos** - A WWF atacou de novo. No dia 1º de abril, soltou uma nota em que protestava contra a decisão da Argentina de pedir o adiamento do solstício de inverno para que ela possa promover as Olimpíadas de 2004. Quem lesse com atenção perceberia que o protesto era liderado por uma tal Maria Mentirilla (Mentirinha) de uma entidade chamada Broma (piada, em espanhol). O Globo chegou a ligar para a entidade atrás de mais informações.

• **Atropelados** - Numa viagem entre Campo Grande (MS) e Rolim de Moura (RO), em janeiro, o agrônomo João Alberto Ribeiro, da Ecoporé-Ação Ecológica Vale do Guaporé, fez um levantamento dos animais mortos encontrados na estrada. Achou quase 200, em apenas dois dias. A lista é encabeçada pelos animais mais lentos - 13 tatus, nove tamanduás-mirins -, mas tem também capivaras, cachorros, pássaros, cobras, corujas e até uma rã, um tucano e uma lontra. Isso, por baixo, porque muitas carcaças não puderam ser identificadas.

• **DNPM volta atrás** - Os seis alvarás de pesquisa mineral que o DNPM outorgou, incidentes na Terra Indígena Arara do Rio Branco, no município de Aripuanã (MT), em dezembro de 96, foram revogados. O ISA tinha encaminhado carta ao órgão, indicando a irregularidade dos alvarás, já que a lei que regulamenta a mineração em Terras Indígenas ainda não foi aprovada.

• **Sivam** - O juiz Álvaro Junqueira, da 7ª Vara Federal, determinou a anulação do contrato do Sivam e a suspensão dos pagamentos à Raytheon, com base numa ação popular movida por 38 pessoas.

• **Metas avançam** - Duas obras consideradas fundamentais pelo governo federal deram passos largos em abril. Primeiro os presidentes FHC e Rafael Caldera, da Venezuela, assinaram, no dia 11/4, um acordo para completar o asfaltamento da BR-174, que vai de Manaus a Boa Vista e à Venezuela, ligando o Norte aos mercados caribenhos e norte-americanos. Depois, a Secretaria Nacional de Energia autorizou a Eletronorte a implantar a linha de transmissão para trazer da Venezuela energia da hidrelétrica de Guri.

• **Metas regridem** - Já no caso da Hidrovia Paraná-Paraguai, o governo parece enfrentar seu inferno astral. Se não bastasse o presidente Bill Clinton divulgar que "compartilha as preocupações de muitos ambientalistas, segundo as quais as obras civis relacionadas ao projeto poderiam causar sérios danos ambientais ao Pantanal", a revista Veja ainda publicou uma alentada matéria, com chamada de capa, espinafrando o projeto.

• **Febem sem veneno** - O Complexo da Febem do Tatuapé, em São Paulo, que reúne 1.100 rapazes de 12 a 21 anos, está começando uma experiência inovadora. Os meninos que frequentam sua escola-oficina, que dá formação profissional em marcenaria, costura industrial, desenho técnico e horticultura, está montando um canteiro de uma variedade de morangos que dispensa agrotóxicos. Além da fruta, eles pretendem comercializar as mudas.

• **Fauna nova** - Zezé Weiss, da Amanaka'a, ONG organizadora da polêmica Semana da Amazônia de Nova York, agora atende pela Diretoria do zoo de Brasília.

• **Ecolista** - A maioria das ONGs ambientalistas vive com menos de R\$ 10 mil anuais e apenas 39% têm mais de dez anos. Estes dados constam de um cadastro nacional que as ONGs WWF e Mater Natura acabam de lançar. Ele reúne informações sobre 1.891 instituições ambientalistas, entre governamentais e não-governamentais.

O Brasil abre as portas das Florestas Nacionais da Amazônia para a exploração econômica

O governo brasileiro está decidido a abrir a exploração de florestas públicas na Amazônia para a iniciativa privada, em regime de concessão. Em dezembro do ano passado, os jornais noticiaram a intenção de se "privatizar" as 39 Florestas Nacionais.

Diante do mal-estar generalizado entre os ambientalistas, o secretário de Desenvolvimento Integrado do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Raimundo Deusdará Filho apressou-se em esclarecer que não se tratava de privatização, mas sim de adotar o modelo já consolidado em países como os Estados Unidos e o Canadá, onde os recursos florestais são, em geral, de propriedade pública, mas explorados pela iniciativa privada.

Para o governo brasileiro, a vantagem desse modelo está na concentração da exploração de produtos florestais em áreas públicas, e não privadas, o que aumenta seu poder sobre o processo. Ele também facilita o controle de preços da madeira, ajudando a valorizá-la.

Na verdade, o modelo de concessão já é utilizado nas Florestas Nacionais do Sul do País, na exploração de madeiras como pinho, araucária e eucalipto. Ali, o Ibama seleciona madeiras através de licitação.

Mas nem tudo são flores no modelo adotado na região Sul. Atualmente, a maior parte dessas áreas já não possui mata nativa e a exploração concentra-se em regiões reflorestadas. Além disso, os recursos arrecadados com o sistema de concessão vão para o caixa único do Ibama e nem

sempre retornam para o programa de reflorestamento.

Este sistema terá de ser adaptado antes de ser adotado em outras regiões do Brasil. Além de exigir técnicas de manejo específicas, ele terá de levar em conta a exploração de recursos não-madeiros e a presença das populações tradicionais - particularidades importantes das Flonas do Norte.

O assunto voltou à baila em fevereiro, quando o Ministério do Meio Ambiente organizou uma reunião para discutir a criação de novas Florestas Nacionais e os possíveis critérios para as concessões. As discussões não se basearam, entretanto, em dados técnicos e estudos científicos que permitissem um avanço concreto, mas em interesses políticos. Os representantes do governo do Pará, por exemplo, foram taxativos em



Práticas antigas: indústria do turismo na Flona de Passa Quatro, em Minas...

recusar a criação de novas Unidades de Conservação federais em seu território.

Em outro momento, o diretor de Recursos Naturais Renováveis do Ibama, José Arimatéia Silva, anunciou que grupos de trabalho já estavam discutindo formas de fortalecer as Flonas. Isto inclui projetos de ecoturismo e de produção não-madeira, o estabelecimento de um banco de dados georeferenciados, a regularização fundiária, a criação, regulamentação e concessão de Flonas. Os grupos reúnem técnicos do Ibama e representantes de universida-

des e outras instituições. Ou seja: num encontro para debater o que fazer, o governo comunicou que já estava fazendo. Novo mal-estar.

VOCAÇÃO FLORESTAL

A concessão da exploração das Flonas coroa uma série de medidas que o governo brasileiro vem adotando desde o ano passado para estabelecer uma política florestal, com o intuito de proteger a vocação florestal da Amazônia. Na época, além do Pacote Amazônico, o Ministério do Meio Ambiente editou o decreto de suspensão da exploração do mogno - duas propostas que já haviam sido formuladas pelo deputado Gilney Viana (PT/MT), então presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, sob a forma de projetos de lei.

Viana, entretanto, questiona a coerência deste conjunto de medidas. Para o governo, a ampliação do número de florestas sob domínio público, associada à concessão de Flonas à iniciativa privada, limitará naturalmente a exploração florestal comercial a es-

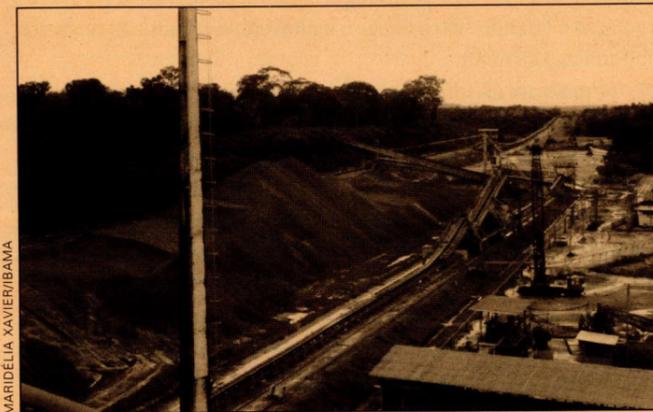
sas áreas. Entretanto, o deputado lembra que as medidas adotadas continuam permitindo o manejo sustentado em áreas privadas, inclusive nos 80% de reserva legal na Amazônia. Assim, esta medida não implicaria necessariamente na diminuição do volume de exploração em áreas privadas, tendo em vista que o governo não tomou nenhuma medida para restringi-la e porque uma nova frente de exploração vem se abrindo com a compra de terras pelas madeiras asiáticas.

Para o presidente do Ibama, Eduardo Martins, não há contradição, porque a questão fundiária na Amazônia é muito complexa e são poucos os que conseguem re-

ção. Outro é o processamento da madeira na região amazônica, que tem operado com índices de desperdício próximo dos 70%.

Levando-se em conta o padrão de exploração madeireira que vem sendo desenvolvido na Amazônia nos últimos anos, conclui-se que a adequação ao modelo que o governo brasileiro vem idealizando pressupõe grandes investimentos, seja por parte das indústrias madeireiras, seja por intermédio de subsídios governamentais. Resta saber se o governo vai combinar essa estratégia com os madeiros.

Outro pressuposto básico a ser acordado previamente é o modelo de exploração sus-



... e mineração de bauxita na Flona de Saracá-Taquera, no Pará.

gularizar a exploração madeireira. Segundo ele, exemplo disso são os planos de manejo apresentados pelos asiáticos ao Ibama, que foram indeferidos porque não conseguiram comprovar a legalidade da origem das terras.

Martins defende o controle efetivo por parte do governo da exploração de recursos florestais em áreas privadas e a exploração sistematizada das florestas públicas. Para ele, é fundamental criar estoques reguladores para valorizar a madeira. Mas ele reconhece que há problemas sérios a serem resolvidos na definição dos instrumentos de acesso às florestas. Um deles é o estabelecimento de prazos para explo-

rentável que se pretende adotar, uma vez que a proposta do governo é para as florestas públicas, incluindo as estaduais e municipais.

Ao que parece, nem todos os interessados têm o mesmo grau de preocupação com a sustentabilidade. Na reunião do Ministério, o representante da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, ao caracterizar o potencial de exploração econômica da região do Tapajós, contou que o governo estadual chamava aquela área de "pré-Paragominas". Talvez porque ele acredite que Paragominas possa ser usada como exemplo quando se fala de desenvolvimento sustentável. ☒

ALÔ, É DE MANAUS?

Quem se preocupa com a Amazônia e o seu destino sofreu um sobressalto com a recente apresentação de propostas para a concorrência da exploração dos serviços de telefonia celular na banda B. Quinze consórcios se apresentaram, reunindo gigantes da telecomunicação mundial (AT&T, Bell, France Telecom, Stet, AirTouch, Korea Mobile, Telmex), grupos nacionais poderosos (Camargo Correa, Monteiro Aranha, Odebrecht, Organizações Globo, Suzano, Vicunha, Folha da Manhã, Estado de São Paulo) e bancos (Banco do Brasil, Safra, Citibank, Unibanco, Opportunity e Bradesco). Uma festa. Um verdadeiro who is who da teletrônica global.

Esse pessoal animado disputa as concessões de nove das dez áreas em que o Brasil foi dividido para a banda B. Acredite: depois de um atraso babilônico, o serviço telefônico vai melhorar. Mas uma área corre, agora, o risco de ficar para trás: a Área 8, formada pelos estados de Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima e Amapá (Acre e Rondônia entraram na Área 7, Centro-Oeste e Distrito Federal). Todos os consórcios mostraram-se absolutamente desinteressados em explorar telefonia celular na Amazônia. Por que?

Primeiro porque o "mercado" é mínimo. Há 65 mil telefones celulares no Pará (60 mil em Belém), 58 mil no Amazonas (tudo em Manaus), 45 mil no Maranhão, 7 mil em Roraima e 7 mil no Amapá. A demanda está praticamente atendida e não crescerá muito mais do que isso, ao contrário do resto do Brasil, onde telefone vai virar rádio de pilha, em pouco tempo. Por isso, o preço mínimo de R\$ 200 milhões pela concessão não atraiu ninguém.

O modelo competitivo do ministro Serjão, que pressupunha pelo menos duas empresas disputando um mesmo mercado, para forçar melhoria nos serviços e queda nos preços, não cabe na Amazônia. A dispersão demográfica, a baixa renda da população e o alto preço da concessão tornam o negócio inviável.

Portanto, se depender do mercado, adeus celular na Amazônia. O que fará o governo, surpreendido pela "lógica" da concorrência? Ora, o que pode fazer, o que sempre fez, mal ou bem, e o que vai continuar a fazer, ainda, por muitos anos. Seja um governo militar, do PSDB, do PT ou do Seicho-no-ie. Propor condições "especiais", diminuir o preço, reduzir as exigências dos critérios. Subsidiar o desenvolvimento, repassando recursos públicos a quem se apresentar para operar o sistema, como já sugeriu o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP). Até o senador Roberto Campos (PPB-RJ), que não adora subsídio, acha que a concessão da Amazônia deve ter preço zero.

Pode a Amazônia avançar sem subsídio? Eis uma pergunta impertinente e recorrente. A Amazônia não é atraente para o "mercado". Não tem mercado. Se o Estado não articular e financiar o desenvolvimento — cujos monumentos, como a Zona Franca de Manaus, provocam arrepios —, ninguém o fará, apesar do empenho dos amazonenses mais articulados. Na verdade, os interesses regionais continuam débeis, vulneráveis e subordinados aos interesses do capital do Sul. Como sempre estiveram. Desde Arthur César Ferreira Reis a Gilberto Miranda (que é senador, do PFL-AM, e paulista). ☒

## O Brasil abre as portas das Florestas Nacionais da Amazônia para a exploração econômica

O governo brasileiro está decidido a abrir a exploração de florestas públicas na Amazônia para a iniciativa privada, em regime de concessão. Em dezembro do ano passado, os jornais noticiaram a intenção de se "privatizar" as 39 Florestas Nacionais.

Diante do mal-estar generalizado entre os ambientalistas, o secretário de Desenvolvimento Integrado do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Raimundo Deusdará Filho apressou-se em esclarecer que não se tratava de privatização, mas sim de adotar o modelo já consolidado em países como os Estados Unidos e o Canadá, onde os recursos florestais são, em geral, de propriedade pública, mas explorados pela iniciativa privada.

Para o governo brasileiro, a vantagem desse modelo está na concentração da exploração de produtos florestais em áreas públicas, e não privadas, o que aumenta seu poder sobre o processo. Ele também facilita o controle de preços da madeira, ajudando a valorizá-la.

Na verdade, o modelo de concessão já é utilizado nas Florestas Nacionais do Sul do País, na exploração de madeiras como pinho, araucária e eucalipto. Ali, o Ibama seleciona madeiras através de licitação.

Mas nem tudo são flores no modelo adotado na região Sul. Atualmente, a maior parte dessas áreas já não possui mata nativa e a exploração concentra-se em regiões reflorestadas. Além disso, os recursos arrecadados com o sistema de concessão vão para o caixa único do Ibama e nem

sempre retornam para o programa de reflorestamento.

Este sistema terá de ser adaptado antes de ser adotado em outras regiões do Brasil. Além de exigir técnicas de manejo específicas, ele terá de levar em conta a exploração de recursos não-madeiros e a presença das populações tradicionais - particularidades importantes das Flonas do Norte.

O assunto voltou à baila em fevereiro, quando o Ministério do Meio Ambiente organizou uma reunião para discutir a criação de novas Florestas Nacionais e os possíveis critérios para as concessões. As discussões não se basearam, entretanto, em dados técnicos e estudos científicos que permitissem um avanço concreto, mas em interesses políticos. Os representantes do governo do Pará, por exemplo, foram taxativos em



Práticas antigas: indústria do turismo na Flona de Passa Quatro, em Minas...

MARIDÉLIA XAVIER/IBAMA

recusar a criação de novas Unidades de Conservação federais em seu território.

Em outro momento, o diretor de Recursos Naturais Renováveis do Ibama, José Arimatéia Silva, anunciou que grupos de trabalho já estavam discutindo formas de fortalecer as Flonas. Isto inclui projetos de ecoturismo e de produção não-madeira, o estabelecimento de um banco de dados georeferenciados, a regularização fundiária, a criação, regulamentação e concessão de Flonas. Os grupos reúnem técnicos do Ibama e representantes de universida-

des e outras instituições. Ou seja: num encontro para debater o que fazer, o governo comunicou que já estava fazendo. Novo mal-estar.

### VOCAÇÃO FLORESTAL

A concessão da exploração das Flonas coroa uma série de medidas que o governo brasileiro vem adotando desde o ano passado para estabelecer uma política florestal, com o intuito de proteger a vocação florestal da Amazônia. Na época, além do Pacote Amazônico, o Ministério do Meio Ambiente editou o decreto de suspensão da exploração do mogno - duas propostas que já haviam sido formuladas pelo deputado Gilney Viana (PT/MT), então presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, sob a forma de projetos de lei.

Viana, entretanto, questiona a coerência deste conjunto de medidas. Para o governo, a ampliação do número de florestas sob domínio público, associada à concessão de Flonas à iniciativa privada, limitará naturalmente a exploração florestal comercial a es-

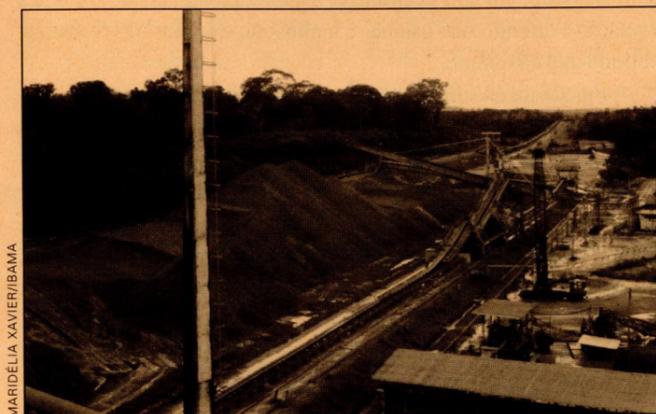
sas áreas. Entretanto, o deputado lembra que as medidas adotadas continuam permitindo o manejo sustentado em áreas privadas, inclusive nos 80% de reserva legal na Amazônia. Assim, esta medida não implicaria necessariamente na diminuição do volume de exploração em áreas privadas, tendo em vista que o governo não tomou nenhuma medida para restringi-la e porque uma nova frente de exploração vem se abrindo com a compra de terras pelas madeiras asiáticas.

Para o presidente do Ibama, Eduardo Martins, não há contradição, porque a questão fundiária na Amazônia é muito complexa e são poucos os que conseguem re-

ração. Outro é o processamento da madeira na região amazônica, que tem operado com índices de desperdício próximo dos 70%.

Levando-se em conta o padrão de exploração madeireira que vem sendo desenvolvido na Amazônia nos últimos anos, conclui-se que a adequação ao modelo que o governo brasileiro vem idealizando pressupõe grandes investimentos, seja por parte das indústrias madeiras, seja por intermédio de subsídios governamentais. Resta saber se o governo vai combinar essa estratégia com os madeiros.

Outro pressuposto básico a ser acordado previamente é o modelo de exploração sus-



... e mineração de bauxita na Flona de Saracá-Taquera, no Pará.

MARIDÉLIA XAVIER/IBAMA

gularizar a exploração madeireira. Segundo ele, exemplo disso são os planos de manejo apresentados pelos asiáticos ao Ibama, que foram indeferidos porque não conseguiram comprovar a legalidade da origem das terras.

Martins defende o controle efetivo por parte do governo da exploração de recursos florestais em áreas privadas e a exploração sistematizada das florestas públicas. Para ele, é fundamental criar estoques reguladores para valorizar a madeira. Mas ele reconhece que há problemas sérios a serem resolvidos na definição dos instrumentos de acesso às florestas. Um deles é o estabelecimento de prazos para explo-

rentável que se pretende adotar, uma vez que a proposta do governo é para as florestas públicas, incluindo as estaduais e municipais.

Ao que parece, nem todos os interessados têm o mesmo grau de preocupação com a sustentabilidade. Na reunião do Ministério, o representante da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, ao caracterizar o potencial de exploração econômica da região do Tapajós, contou que o governo estadual chamava aquela área de "pré-Paragominas". Talvez porque ele acredite que Paragominas possa ser usada como exemplo quando se fala de desenvolvimento sustentável. ☐

## ALÔ, É DE MANAUS?

Quem se preocupa com a Amazônia e o seu destino sofreu um sobressalto com a recente apresentação de propostas para a concorrência da exploração dos serviços de telefonia celular na banda B. Quinze consórcios se apresentaram, reunindo gigantes da telecomunicação mundial (AT&T, Bell, France Telecom, Stet, AirTouch, Korea Mobile, Telmex), grupos nacionais poderosos (Camargo Correa, Monteiro Aranha, Odebrecht, Organizações Globo, Suzano, Vicunha, Folha da Manhã, Estado de São Paulo) e bancos (Banco do Brasil, Safra, Citibank, Unibanco, Opportunity e Bradesco). Uma festa. Um verdadeiro who is who da teletrônica global.

Esse pessoal animado disputa as concessões de nove das dez áreas em que o Brasil foi dividido para a banda B. Acredite: depois de um atraso babilônico, o serviço telefônico vai melhorar. Mas uma área corre, agora, o risco de ficar para trás: a Área 8, formada pelos estados de Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima e Amapá (Acre e Rondônia entraram na Área 7, Centro-Oeste e Distrito Federal). Todos os consórcios mostraram-se absolutamente desinteressados em explorar telefonia celular na Amazônia. Por que?

Primeiro porque o "mercado" é mínimo. Há 65 mil telefones celulares no Pará (60 mil em Belém), 58 mil no Amazonas (tudo em Manaus), 45 mil no Maranhão, 7 mil em Roraima e 7 mil no Amapá. A demanda está praticamente atendida e não crescerá muito mais do que isso, ao contrário do resto do Brasil, onde telefone vai virar rádio de pilha, em pouco tempo. Por isso, o preço mínimo de R\$ 200 milhões pela concessão não atraiu ninguém.

O modelo competitivo do ministro Serjão, que pressupunha pelo menos duas empresas disputando um mesmo mercado, para forçar melhoria nos serviços e queda nos preços, não cabe na Amazônia. A dispersão demográfica, a baixa renda da população e o alto preço da concessão tornam o negócio inviável.

Portanto, se depender do mercado, adeus celular na Amazônia. O que fará o governo, surpreendido pela "lógica" da concorrência? Ora, o que pode fazer, o que sempre fez, mal ou bem, e o que vai continuar a fazer, ainda, por muitos anos. Seja um governo militar, do PSDB, do PT ou do Seicho-no-ie. Propor condições "especiais", diminuir o preço, reduzir as exigências dos critérios. Subsidiar o desenvolvimento, repassando recursos públicos a quem se apresentar para operar o sistema, como já sugeriu o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP). Até o senador Roberto Campos (PPB-RJ), que não adora subsídio, acha que a concessão da Amazônia deve ter preço zero.

Pode a Amazônia avançar sem subsídio? Eis uma pergunta impertinente e recorrente. A Amazônia não é atraente para o "mercado". Não tem mercado. Se o Estado não articular e financiar o desenvolvimento — cujos monumentos, como a Zona Franca de Manaus, provocam arrepios —, ninguém o fará, apesar do empenho dos amazonenses mais articulados. Na verdade, os interesses regionais continuam débeis, vulneráveis e subordinados aos interesses do capital do Sul. Como sempre estiveram. Desde Arthur Cezar Ferreira Reis a Gilberto Miranda (que é senador, do PFL-AM, e paulista). ☐

## Como uma elite acoberta caçadores, minando o patrimônio ambiental e arqueológico

Na manhã de 11 de dezembro do ano passado, vigilantes da Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), co-gestora do Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, conseguiram, após uma noite de espera, seguir os rastros de dois caçadores que haviam penetrado na Unidade de Conservação por trilhas não autorizadas, no dia anterior. Perto dali, eu coordenava os trabalhos de implementação do Plano de Manejo do Parque. Logo pedi o auxílio da Polícia Militar, pois os vigilantes não têm, legalmente, o direito de autuar nem de efetuar prisões.

Os vigilantes e os policiais penetraram no cânion onde encontraram e prenderam em flagrante os caçadores e seus cinco cães farejadores. Eles não possuíam a autorização do Ibama, não estavam acompanhados por nenhum guia credenciado e portavam armas irregulares, inclusive carabinas. Um dos detidos é caçador profissional, conhecido como o maior fornecedor da região.

A legislação em vigor pune caçadores profissionais com prisão de dois a cinco anos e caçadores amadores e compradores com reclusão de um a três anos. Mesmo assim, cerca de dez dias depois, os vigilantes da Fundação comunicaram à diretoria que os dois caçadores haviam sido liberados e que tinham proferido ameaças contra eles e contra mim. Contatamos então o delegado de polícia Francisco Moreira Vieira, que afirmou que os caçadores haviam sido soltos por ordem verbal do juiz Aderson Nogueira. Ao tomar conhecimento do fato, outro juiz da comarca, Délcio Lima, deu nova ordem de prisão, efetivada no dia seguinte.

A partir de meados de janeiro, os compradores de caça de São Raimundo Nonato, através de seu porta-voz, André Pessoa, que se diz jornalista, iniciaram violenta campanha, através de jornais e da rádio Serra da Capivara, contra a Fundação e sua diretoria, acusando-as de haver "prendido ilegalmente dois agricultores que estavam somente procurando mel de abelhas dentro do Parque Nacional" (*sic*).

Finalmente, em 24 de fevereiro, o juiz Aderson Nogueira assinou novamente o relaxamento da prisão dos dois caçadores, alegando que o flagrante não se configurava porque "em poder dos acusados não foram

encontrados animais silvestres, apenas armas". Também considerou que a prisão era "de uma ilegalidade temerária, pelo excesso de prazo" e que não concebia "a idéia de se encarcerar pessoas humildes, pela simples razão de serem encontrados portando armas, quando existem nas delegacias milhões de mandados de prisão para serem cumpridos". Por fim, concluiu que "a prisão dos acusados gera no seio da comunidade, certo desconforto, pelo aroma de sua ilegalidade".

A Fundação agiu em seu nível de competência, informando às autoridades a presença de infratores no Parque Nacional. Todas as irregularidades citadas pelo referido juiz em seu alvará de soltura foram cometidas por seus pares, ou seja, pelos representantes locais dos poderes executivo e judiciário.

Sem o apoio das autoridades e do público, o grande esforço de vigilância da Fumdhm é inútil. A preservação das pinturas para as novas gerações depende do restabelecimento do equilíbrio ecológico. Cupins e outros insetos, por falta de inimigos naturais, proliferam, destruindo a vegetação e fazendo suas galerias e ninhos sobre as pinturas rupestres, cobrindo-as para sempre.

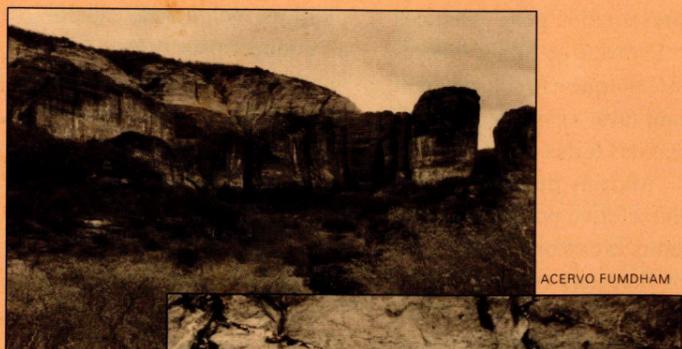
A Fumdhm não discursa em favor dos menos favorecidos, ela age. São aproximadamente 300 famílias beneficiadas pelo empreendimento apícola gerido pela entidade, mais de 100 empregos diretos nas atividades de preservação, manutenção, visitação e vigilância do Parque. Outras 100 pessoas trabalham para a Fumdhm confeccionando roupas e papel artesanal, ensinando em suas escolas, moldando em sua cerâmica ou auxiliando no centro de pesquisa.

Se um juiz entende ser improcedente a prisão de um caçador em função de sua condição sócio-econômica, devemos achar natural que um ladrão roube ou mate para assim saciar sua fome. A lei deve ser cumprida, independentemente da condição sócio-econômica do infrator ou se a vítima é um animal ou ser humano. ☐

*Niède Guidon é arqueóloga, mestre de conferências da Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris e diretora da Fumdhm.*

### PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

O Parque Nacional da Serra da Capivara é o único do bioma das caatingas. Ele protege uma das últimas áreas do País com caatinga primária e com vestígios da mata tropical úmida que aí existia antes da grande mudança climática que ocorreu entre 12 mil e 10 mil anos atrás. A fauna havia sido totalmente devastada, tendo se extinguido algumas espécies de tatus e emas. Inúmeras são as espécies em perigo de extinção, como os tamanduás, araras, papagaios, cotias e mocós. Até 1979, em certos pontos distantes do Parque podia-se ver a ararinha azul. Os pesquisadores que a viram pela última vez não voltaram mais ao local, mantido isolado para não permitir que os guias divulguem o fato, o que, fatalmente, atrairia caçadores. O Parque foi inscrito pela Unesco na lista dos Patrimônios Culturais da Humanidade. Uma equipe de técnicos, mantida pela Fumdhm, zela pelas pinturas e gravuras rupestres presentes nas paredes de cerca de 280 sítios. As visitas aos sítios arqueológicos são sempre acompanhadas por um guia, única segurança para que não sejam destruídas. (NG)



ACERVO FUMDHM

*A Serra da Capivara entrou para a lista dos patrimônios da Humanidade não só pelas pinturas rupestres como pela caatinga bem preservada.*



Em plena fase de defeso do camarão, o setor pesqueiro desse crustáceo na região Sudeste-Sul está em estado de pré-colaso e poderá sofrer sérios problemas de produção ainda este ano. O motivo é a quebra das regras de defeso e a atuação predatória dos camaroneiros, que estão, literalmente, matando sua galinha de ovos de ouro. O alerta é do chefe do Departamento de Pesca e Aqüicultura (Depaq) do Ibama, Carlos Fernando Anicet Fischer.

Segundo Fischer, ao contrário dos sardinheiros - que assumiram o defeso e participaram ativamente do processo, após fecharem um acordo com o Ibama nesse sentido - os camaroneiros desrespeitam o defeso e estão pescando filhotes, aproveitando-se da má fiscalização e das facilidades para descarregar clandestinamente o produto. "A situação chegou a um ponto em que os barcos vêm desembarcando cargas com cerca de 100 pe-

ças por quilo, quando o normal seriam 14 ou 16", lamenta Fischer.

O chefe do Depaq reconhece as limitações da equipe de fiscais do Ibama para coibir efetivamente as irregularidades, mas adianta que, exatamente por este motivo, o órgão adotou a estratégia de fechar acordos com o setor produtivo, como o acertado com os pescadores de sardinha. O Ibama propôs reduzir em trinta dias o período de defeso daquele peixe, em troca da participação dos pescadores na preservação dos filhotes.

De 15 de dezembro de 1996 a 15 de março de 1997, os sardinheiros comportaram-se exemplarmente, a ponto de fecharem as portas do Ceasa de São Paulo para os poucos que ainda tentaram quebrar o acordo com o Ibama. O resultado: o estoque daquele peixe voltou ao estado de sustentabilidade, proporcionando um salto da produção estima-

da de 32 mil toneladas, no ano passado, para prováveis 100 mil toneladas, este ano.

Para o ex-presidente do Conselho Nacional das Entidades de Pesca (Conesp) e vice-presidente da Cooperativa Mista de Pesca Nipo-Brasileira, José Ciaglia, a parceria entre pescadores e Ibama foi "perfeita" e proporcionou resultados "excelentes", como a qualidade superior da sardinha. O que, infelizmente, não está ocorrendo em relação ao camarão, cujo período de defeso começou no dia 15 de março e deve se estender até o dia 15 de julho. "Esse comportamento arrebatada com o que a gente está construindo", reclama Ciaglia, que era o presidente do Conesp durante as negociações do acordo com o Ibama.

A falta de capacidade de auto-conscientização dos camaroneiros e a má fiscalização do Ibama, de acordo com Ciaglia, são os principais motivos do desrespeito ao defeso

do camarão. Ele, a exemplo de Fischer, também prevê problemas futuros na produção do crustáceo, principalmente da espécie rosa, a mais visada. "Se matam o miúdo, como estão fazendo, amanhã não haverá o graúdo", sentencia Ciaglia.

A situação se agrava ainda mais com a concorrência do produto importado, que chega ao mercado cerca de 3 a 4 reais mais barato do que o nacional e, em tempos de Real, ganha a preferência do consumidor. Para Fischer, os camaroneiros terão que sentir na pele esse castigo a fim de, no próximo ano, adotarem outra postura em relação ao mercado. "Não há camarão grande mais barato porque o miúdo está sendo pescado durante o defeso, e o resultado é óbvio: estoque baixo, captura mais difícil e, conseqüentemente, o produto mais caro, perdendo terreno para o importado, até o colapso do setor", prenuncia o chefe do Depaq. ☐

## GLEBAS MILITARES LIBERADAS PARA REFORMA AGRÁRIA

FANY PANTALEONI RICARDO

O presidente FHC devolveu ao Inbra mais dez terras que estavam afetadas a uso especial do Exército, para incrementar a reforma agrária em terras públicas federais, através de decreto de 19/3. A soma dessas terras perfaz 2.291.151 ha, nos municípios de Humaitá e Pauini (AM), Porto Velho e Guajará Mirim (RO), Marabá e Itaituba (PA) e Açailândia (MA). Somam-se a elas outras cinco terras militares devolvidas ao Inbra nos últimos meses.

Várias destas áreas se sobrepõem a Terras Indígenas e Unidades de Conservação. A Gleba Cinzento, em Marabá, incide na Reserva Biológica do Tapirapé e na Floresta Nacional de Tapirapé/Aquiri. A Gleba Aquiri também se sobrepõe à Flona Tapirapé/Aquiri.

As glebas Juruena e Cururu, em Itaituba, incidem na Terra Indígena Munduruku em reestudo pela Funai. A Gleba 25 de Setembro, em Pauini, incide na ponta sul da TI Peneri/Tacaquiri.

Existem também incidências parciais em UCs estaduais: a Gleba Traçadal, em Guajará Mirim, sobrepõe-se parcialmente à Reserva Biológica Estadual do Traçadal, e as glebas Boa Esperança e Pupunhas, à Floresta Estadual Rio Machado.

Espera-se que os ministérios de Política Fundiária, do Meio Ambiente e da Justiça estejam atentos para essas sobreposições de terras para reforma agrária com as Áreas Indígenas e de preservação permanente. Pois é a concentração de terras nas mãos de poucos e os latifúndios improdutivos, que tornam esse país tão injusto na questão agrária, e não as terras reservadas aos índios e à proteção do meio ambiente.

As terras militares que estão sendo devolvidas para uso civil haviam sido disponibilizadas para campos de manobras e testes ou para a implantação de quartéis. Em março de 1988 o presidente José Sarney assinou decretos destinando 35 glebas, somando 6,2 milhões de hectares de terras públicas federais, para uso especial do Exército, em Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

Com o crescimento do movimento pela reforma agrária, a mídia começou a reivindicar o uso de terras da Igreja e dos militares. Finalmente, em maio de 96, os ministros Zenido Lucena, do Exército, e Raul Jungmann, da Política Fundiária, reuniram-se para oficializar a doação das terras afetadas ao Exército para o Inbra. Hoje, ainda restam 20 destas 35 terras afetadas ao uso do Exército, num total de 3.786.731 ha. ☐



O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

## Conselho Diretor

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*),  
Eduardo Viveiros de Castro,  
Enrique Svirsky, Minka  
Bojadsen Capobianco e  
Neide Esterici

Secretários-Executivos  
João Paulo Capobianco  
Marina Kahn (Adjunta)

## INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Av. Higienópolis, 901

01238-001 São Paulo - SP

tel: 55 11 825-5544

fax: 55 11 825-7861

internet:socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 101

70862-530 Brasília - DF

tel: 55 61 349-5114

fax: 55 61 274-7608

internet:isadf@ax.apc.org

apoio institucional

**OS PORCOS E A ROÇA DE MANDIOCA****LUIS DONISETE GRUPIONI**

O sol aparecia lentamente no horizonte. Na aldeia kamaiurá, algumas pessoas ainda dormiam. A menina Kamavu se espreguiçava na rede. Sua mãe estava próxima do fogo preparando um bolo de mandioca chamado beiju. "Hoje vamos na roça arrancar algumas mandiocas", disse a mãe. "Acabe de acordar e venha comer um pedaço de beiju quentinho." Nas casas kamaiurá, no Parque Indígena do Xingu, come-se beiju o tempo todo: puro, com peixe assado ou com pimenta.

Pouco depois, um grupo de mulheres e crianças saía em direção à roça, carregando cestos vazios que voltariam cheios de mandioca. Antes de se embrenhar pela mata, resolveram passar pelo Posto Leonardo, onde há uma pista de pouso pela qual chegam as aviões trazendo funcionários da Funai, visitantes e remédios. No dia anterior tinham escutado o ronco do avião e as crianças, que estavam no Posto, correram para a aldeia para contar da chegada de uma visitante. À noite, toda a aldeia kamaiurá já sabia que uma lingüista chegara no avião e iria morar alguns meses com eles, para aprender a falar e escrever a língua dos Kamaiurá. Estavam curiosos para saber como ela era.

Depois de parar um tempo no Posto e conhecer a visitante, as mulheres seguiram para a roça, comentando sobre os presentes que ela teria trazido. Lá chegando, ouviram os gritos das crianças: "Os porcos-do-mato comeram a nossa mandioca". Os Kamaiurá fazem cercas em volta das roças para impedir que bandos de porcos-do-mato entrem e destruam o que está plantado. Mas desta vez os animais tinham derrubado um pedaço de cerca e comido boa parte das plantas de mandioca.

As mulheres ficaram enfurecidas. Também, não era para menos. Há vários meses elas estavam trabalhando nessa roça. Primeiro os homens tinham vindo, na estação da seca, para derrubar as árvo-

res grandes que, ao tombarem, arastavam as de menor porte. Eles haviam esperado que as madeiras e as folhas secassem e então atearam fogo. Quando o solo esfriou, as mulheres vieram e plantaram pedaços de mandioca na terra, entre troncos e galhos que haviam sobrado da queimada, antes da época das chuvas.

Antigamente os Kamaiurá utilizavam machados de pedra e instrumentos de madeira no trabalho da roça. Após o contato com os brancos, estes objetos foram sendo substituídos por instrumentos de metal, como o facão e o machado de ferro. Isso facilitou o trabalho na roça, que mesmo assim continua a ser árduo. Era por isso que as mulheres estavam tão zangadas. Queriam voltar para a aldeia e mandar seus maridos caçarem aqueles porcos comilões.

Furiosas, as mulheres trataram de arrancar as mandiocas que haviam sobrado, enchendo seus cestos. Na volta à aldeia, contaram a todos o que havia ocorrido. O chefe de posto da Funai, a pedido das mulheres, emprestou espingardas para um grupo de homens, que partiu para a mata em busca dos porcos.

O sol estava forte e o pátio da aldeia Kamaiurá, deserto. Mas, à medida em que a tarde chegava, o zunzum das conversas foi crescendo. Na casa da menina Kamavu, as mulheres acabavam de decidir que iriam fazer *moitará* com as mulheres de uma outra casa. Queriam quebrar a monotonia da tarde e esquecer as mandiocas que tinham sido comidas pelos porcos.

Cada mulher apanhou um ou dois objetos e se dirigiu para a casa escolhida para fazer o *moitará*. Entraram todas sem cerimônia e foram logo se sentando no chão. Uma visitante iniciou o *moitará* depositando uma cuia no chão. Ela foi pega e examinada por todas as mulheres da casa. Uma delas se interessou e colocou como oferta um pente. Este foi então examinado pelas mulheres do ou-

tro grupo e retirado do chão. Estava concluída a troca. O entusiasmo das mulheres crescia com o volume de bens colocados no chão e que circulava pelas suas mãos. A troca só se encerrou quando os artigos trazidos pelas visitantes acabaram, e elas então retornaram para suas casas. Agora era a vez das mulheres da casa visitada irem à casa das que haviam iniciado o *moitará*. Lá começou uma nova rodada de trocas. Alguns homens, que não tinham saído para caçar, acompanhavam de longe a algazarra das mulheres. Eles também realizam *moitará*, quando um grupo de homens de uma casa decide trocar coisas em outra casa.

Já começava a escurecer quando um grupo de homens entrou no pátio da aldeia. Tinham vagado pela mata seguindo as marcas deixadas pelos porcos. O pai de Kamavu estava contente: tinha conseguido abater um dos porcos comilões.

À noite, em volta do fogo, enquanto comiam beijus, homens e mulheres daquela aldeia Kamaiurá comentariam sobre o estrago feito pelos porcos na roça, sobre a caçada da tarde, a chegada da lingüista e as trocas realizadas durante o *moitará*. Tudo isso daria muito o que falar. ☐

Luis Donisete B. Grupioni é antropólogo e autor do livro *infanto-juvenil*

*Juntos na Aldeia, integrante da Coleção Pawana, da Berlendis & Vertecchia Editores, que será lançado neste mês. Dele foi extraído este conto.*

**Agenda**

• **Memórias da Amazônia.** *Manaus (AM). De 3/4 a 3/6.* Mostra, no Centro Cultural Palácio Rio Negro, das coleções etnográficas coletadas por Alexandre Rodrigues Ferreira, entre 1783 e 1792. Tel: (092) 234-3242.

• **1º Congresso Latino-americano de Parques Nacionais e outras Áreas Protegidas.** *Santa Marta, Colômbia. De 21 a 28/5.* Promovido pela FAO, a UICN e o governo da Colômbia, dentre outros.